

REFLEXÕES SOBRE O GOVERNO BOLSONARO E O FOMENTO AO FAMILISMO NO BRASIL

Guilherme Santos Castilho¹
Claudio H. M. Horst²

RESUMO: O objetivo do artigo é contribuir para a análise do familismo no governo Bolsonaro, partindo do pressuposto que o desmonte do precário sistema de proteção social brasileiro ocorreu concomitante ao avanço do discurso em defesa da família. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa, ancorada no materialismo histórico dialético. Uma das principais conclusões demonstra o desmonte das políticas sociais e, conseqüentemente, a sobrecarga das famílias, confrontando o discurso de um governo comprometido com as mesmas.

Palavras-chave: Política Social; Familismo; Neoconservadorismo; Governo Bolsonaro.

ABSTRACT: The objective of the article is to contribute to the analysis of familism in the Bolsonaro government, based on the assumption that the dismantling of the precarious Brazilian social protection system occurred concomitantly with the advancement of the discourse in defense of the family. This is a bibliographical research, with a qualitative emphasis, anchored in dialectical historical materialism. One of the main conclusions demonstrates the dismantling of social policies and consequently the burden on families, confronting the discourse of a government committed to them.

Keywords: Social Policy; Familism; Neoconservatism; Bolsonaro government

1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta parte das sínteses elaboradas no âmbito da pesquisa “Neoconservadorismo e Familismo no Brasil Contemporâneo – O projeto “Família na Escola”, que tem como objetivo analisar os documentos elaborados para o trabalho com famílias no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo Bolsonaro, a fim de identificar sua direção ideopolítica.

Neste artigo, o objetivo é analisar os impactos do governo Bolsonaro na proteção social estatal e pública, cuja orientação familista, potencializou o enfrentamento às expressões da “questão social” a partir da responsabilização das

¹ Discente no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Email: guilherme.castilho@aluno.ufop.edu.br.

² Professor no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

famílias pelas intempéries oriundas do modo de produção capitalista. Trata-se das reflexões advindas da pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa, ancorada no materialismo histórico dialético.

Tendo como ponto de partida as determinações da formação sócio histórica do Brasil, atravessada por processos como colonização, escravidão e as determinações do capitalismo dependente, podemos identificar elementos que nos ajudam a compreender o direcionamento ideopolítico do governo Bolsonaro (2019-2022), bem como sua estrutura que, apesar de heterogênea, tem em si como elemento concêntrico a ideologia familista enquanto possibilidade de manutenção do ethos capitalista na contemporaneidade.

Enquanto subsídio para compreensão dos atravessamentos da ideologia familista no enfrentamento às múltiplas expressões da “questão social” no Brasil contemporâneo, busca-se resgatar os fundamentos do familismo, a partir dos imbricamentos da inserção brasileira na etapa do capitalismo monopolista e, particularmente, a partir da crise estrutural do capital na década de 1970 no referido território.

Bem como, a refuncionalização do Estado decorrente de sua cooptação pela ideologia neoliberal e o desmonte da proteção social (ou não efetivação desta) assegurada na Constituição Federal de 1988, que por sua vez modificou o enfrentamento à “questão social” visando o mascaramento de suas determinações e responsabilização das famílias pelas mazelas produzidas pelo capitalismo dependente mediante o ajustamento dos sujeitos.

Portanto, para corroborar a análise ao familismo fomentado no governo Bolsonaro este artigo está estruturado em duas partes. Empenha-se na primeira parte a uma breve síntese sobre capitalismo, bolsonarismo e a reprodução do moralismo, a fim de subsidiar a exposição da multifacetada estrutura do governo que teve como impulso central o resgate de desvalores para manutenção da ordem. No segundo tópico, buscamos apresentar os reflexos do fomento à ideologia familista na atualidade a fim de fomentar a construção de mediações precisas para a superação

PROMOÇÃO



APOIO

dos impasses na efetivação da seguridade social no Brasil mediante enfrentamento da ideologia familista.

2. CAPITALISMO, BOLSONARISMO E A REPRODUÇÃO DO MORALISMO

O Brasil é um país que diante de profundas contradições ao longo da sua *formação sócio-histórica*, se constituiu como capitalismo dependente (TRASPADINI; STEDILE, 2005). Ancorado principalmente no *despojo* (SEOANE, 2012) absoluto que reinou no território latino-americano por séculos, e vem modificando-se em decorrência das alterações que sofre o capitalismo no mundo.

Seguido do pós-guerras, a crise estrutural do capitalismo, exigiu da sociabilidade capitalista reações essenciais para sua manutenção, resgatando assim pilares do conservadorismo e liberalismo como base para a reprodução do neoconservadorismo e ultraliberalismo, que se reproduz reafirmando e fortalecendo o ethos burguês, assegurando portanto, o “pleno” funcionamento do capitalismo.

No entanto, fadado à decadência, seja por questões estruturais - propriedade privada, divisão sociossexual, etc - que impossibilitam o enriquecimento do gênero humano, logo sua reprodução (BARROCO, 2010), ou por questões ambientais que impossibilita que esta sociabilidade perpetua-se no planeta terra, o capitalismo, constantemente, ao encontrar limitações para sua reprodução se reinventa após cada crise, acionando estratégias destrutivas para sua preservação.

Partindo da conjuntura econômica, política e social brasileira, e buscando identificar as tendências familistas na reprodução do neoconservadorismo, é possível afirmar que o governo Bolsonaro contribuiu diretamente para exponenciar as diversas expressões da “questão social” em decorrência do sucateamento do estado brasileiro. Mediante deliberações ultraliberais, neoconservadoras, e com um direcionamento neofascista.

Alicerçada em uma forte composição nuclear, diferentes grupos e/ou alas constituíram o governo Bolsonaro, como: a dos militares, a ideológica – que foi fortemente influenciada por Olavo de Carvalho –, do fundamentalismo religioso – fomentado pelo pentecostalismo –, e dos economistas ultraliberais – liderados por

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Paulo Guedes. Correspondendo não apenas aos interesses do capital, mas também às respectivas alas, a fim de se manter governante, esta aliança política-ideológica se destaca pelos diferentes objetivos, e ao mesmo tempo por um pilar comum que se constitui em torno da *defesa da família* enquanto instituição motriz da moral burguesa (MATTOS, 2020; HORST; CASTILHO; ALVES, 2023).

É portanto mediante a defesa moralista da ordem que a adesão de renovadas vertentes ideológicas apontaram para a manutenção da sociabilidade capitalista. Como afirma Santos (2020), ao tratar do movimento fascista, logo, conservador, “[este] pode cumprir o papel de regenerador do capitalismo porque expressa exatamente os temores, os desejos, as ambições e os valores pequeno-burgueses, livres das travas sociais que cotidianamente sufocam a pequena burguesia” (p.99).

Entretanto, este direcionamento político-ideológico não passou a se expressar na sociedade brasileira apenas no governo Bolsonaro. Este, concentra esforços desde os primórdios da colonização no território até a contemporaneidade para que os interesses burgueses e a moral tradicional sejam preservados.

Atravessado pelo processo de rearticulação política decorrente do pós crise e período de redemocratização, ocorrido na década de 1980 no país, a direita brasileira fez adesão ao ultraliberalismo e neoconservadorismo visando permanecer dominante, apesar de também ter como defesa a ideologia da família — familismo.

Por um lado, pela defesa da ação estatal restrita à gestão da reprodução mínima da força de trabalho, identifica-se a defesa pelo ultraliberalismo. Abstendo-se, portanto, do enfrentamento das expressões da "questão social" e desmobilizando a sociedade civil. Por outro lado, o conservadorismo moral que se encarrega da reprodução dos valores do ethos burguês que a partir da socialização primária do ser, imputando a este seu adequamento aos moldes da sociabilidade capitalista (BARROCO, 2010).

É a partir dos anos 2000, que a fim de sanar a contraditoriedade presente na defesa de atuação do Estado em cada ideologia supracitada, e em decorrência do caráter familista já presente na política social, que consolida-se o familismo

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

enquanto uma *estratégia ideológica neoconservadora* em vista da conjuntura econômica, política e social (HORST, 2022). Biroli e Quintela (2021) afirmam ainda que, “[a família] é chave na ativação do conservadorismo, de forma tradicionalista e antipluralista, nas políticas de Estado (p.347)”. Tais assertivas, dialogam diretamente com a afirmativa de Horst e Mito (2021) ao compreenderem a ideologia da família enquanto um elemento vital:

na mistificação da origem da crise, no deslocamento das responsabilidades — a partir das decisões tomadas para sua “solução” —, e para a reprodução do familismo, como um mecanismo de dominação ideológica que acarreta na responsabilização das famílias pela condição miserável de vida. (HORST; MIOTO, 2021, p.45).

Compreendendo a moral enquanto função motora dessa sistemática e reprodutora de costumes, é possível assimilar a influência que esta representa na formação dos seres sociais. Os quais inseridos em um sociabilidade alienante e impossibilitados de enriquecimento do gênero humano em suas possibilidades diversas e totais, decorrente do fato da interação social ser atravessada pelo ethos burguês, alinhada à defesa de desvalores, potencializa-se a reprodução do *moralismo*.

Nesse sentido, podemos alcançar o entendimento do porque a família é defendida pelo conservadorismo como responsável pela formação moral dos indivíduos; já que a moral se constitui a partir da socialização primária, reproduzindo, pois, os interesse do capital pelo fato destes estarem inseridos na valorização de premissas e juízo de valor (BARROCO, 2010).

O apelo à ordem é duplamente conservador: primeiro, por evidenciar um dos valores fundamentais do (neo)conservadorismo; segundo, porque sua forma de objetivação é moralista, ou seja, moraliza as expressões da questão social, ao tratá-las como resultantes de “problemas” de ordem moral. Esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização (BARROCO, 2015, p.625).

Alinhando-se, pois, à ideologia familista, podemos compreender, a partir de um destaque para o grupo religioso como base do governo Bolsonaro, sua relevância no que tange a disseminação de seus interesses particulares. A Igreja,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

enquanto instituição reprodutora da moral conservadora, conseguiu acessar a sociedade em geral e influenciar compreensões acerca da política — até mesmo dos apolíticos — levando-os a apoiarem o ethos burguês “em nome do ataque à corrupção e em nome de Deus” (PAIVA; TAVARES, 2020, p.610).

Segundo Mariano, ao analisar o crescimento do público religioso no Censo de 2010, a partir das variáveis de religião e situação socioeconômica, é possível uma compreensão a partir deste estudo acerca do alinhamento e adesão à ideologia erguida pelo bolsonarismo por parte, principalmente da classe trabalhadora. Segundo o mesmo, “o pentecostalismo [...] continua se expandindo nos estratos econômica e socialmente mais vulneráveis da população, concentrando-se nas periferias urbanas das capitais” (p.125). E aponta também para o crescimento dos evangélicos em detrimento dos católicos: “entre 1980 e 2010, os católicos declinaram de 89,2% para 64,6% da população [já] os evangélicos saltaram de 6,6% para 22,2%” (MARIANO, 2013, p.119).

Analisando, portanto, a relevância e espaços ocupados ideologicamente pela Igreja podemos compreender o fundamento da adesão das classes mais pauperizadas ao bolsonarismo. No entanto, bem como salientado por Mattos, há ainda outra questão que determina tal afirmativa, que são as insuficiências manifestadas na condição socioeconômica da classe trabalhadora levando à precarização das condições de vida desta, em decorrência das políticas de “inclusão por consumo” (MATTOS, 2020).

São estas determinações anteriores somadas às políticas de “moralismo compensatório” - que objetivam essencialmente a aprovação e adesão popular em políticas antipopulares, como por exemplo, a reforma da previdência que cerceou direitos trabalhistas, o sucateamento da seguridade social, e o determinado não enfrentamento à pandemia do Covid-19 (BIROLI; QUINTELA, 2021), que contribuem para a compreensão das ideologias que transitam entre os bolsonaristas mais pauperizados.

PROMOÇÃO



APOIO



Em uma conjuntura, como supracitado por Pinheiro-Machado, onde o amparo estatal dos direitos não se apresenta de forma eficaz, e se encontra em instituições e representantes que compartilham de um entendimento individualizante e moralizador das expressões da “questão social”, o que se alicerça consequentemente na consciência da classe trabalhadora são correntes de pensamento que resgata o familismo, através de uma perspectiva naturalista, perpassado por antipluralismo e irracionalismo. Este último, é uma “forma de pensar típica da alienação no capitalismo tardio, que invade e reifica todas as esferas e dimensões da vida social, obscurecendo suas determinações” (BARROCO, 2017, p.42).

Tal conjuntura nos proporciona evidenciar que, longe de uma proteção social pública e estatal, já que o discurso ideológico é em “defesa da família”, o governo Bolsonaro materializou o familismo. Sabemos que o familismo é um dos pilares do conservadorismo e sua lógica consiste em culpabilizar e responsabilizar as famílias que precisam das políticas públicas pelas situações que vivenciam, e logo, são responsáveis pela superação da pobreza que vivencia. Por isso, as famílias que o grupo ultraliberal e os conservadores morais dizem defender são aquelas que não têm acesso a saúde, educação, previdência, renda, assistência social, condições mínimas de sobrevivência.

3. (IN)SEGURIDADE SOCIAL E FAMILISMO

Compreendendo, portanto, o direcionamento do governo Bolsonaro e sua estrutura, busca-se neste tópico adentrar aos reflexos deste governo no que tange à seguridade social, a fim de fomentar proposta de enfrentamento à ideologia familista compreendida enquanto um:

Mecanismo de dominação ideológica se reproduz como estratégia para responsabilizar os indivíduos e suas famílias pelo caos instalado pela sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a) mascara os determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; b) desloca as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito “particular”; c) centraliza as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o apassivamento dos sujeitos, a produção de consensos, já que se trata de um problema da “minha família” e não da sociabilidade burguesa. Tal dinâmica vai constituindo, assim, junto à ideologia do trabalho, do empreendedorismo,

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

uma ideologia da família, que tem seus fundamentos na base material dessa sociedade (HORST; MIOTO, 2021, p.37).

A fim de ratificar o direcionamento ideológico — neoconservador e ultraliberal — do governo Bolsonaro, nota-se o incentivo e financiamento de programas como o “Família na Escola” e o edital da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), instituído pelo Observatório Nacional da Família em fomento ao familismo, tendo como objetivo “incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à temática da família”, dando visibilidade ao papel da família “num cenário privilegiado para a transmissão de valores e de proteção social” (BIROLI; QUINTELA, 2021, p.353).

Em direção contrária, cortes foram aplicados em diversas áreas, como da seguridade social, educação, monitoramento do desmatamento e entre outras, caracterizando a política nacional, portanto, enquanto necropolítica; alinhando assim as raízes fascistas às distintas bases do bolsonarismo.

Um ponto central para compreendermos a lógica de fomento ao familismo, ao desproteger as famílias, é a falácia da diminuição do desemprego no país. Segundo Mattos (2020, p.216), concluiu-se ao analisar dados do IBGE que apesar da queda da taxa de desemprego de 12,3% no ano de 2018, 11,9% no ano de 2019, para 11,2%, este não expressa diretamente em uma diminuição do exército industrial de reserva. Logo, um maior número de pessoas empregadas (tendo assegurados seus direitos trabalhistas). Mas sim, em um alargamento do contingente de trabalhadores subempregados, autônomos, *freelancers* e terceirizados, que “são marcadas por menores salários, menor tempo de emprego, maiores jornadas, maior rotatividade e maiores índices de acidentalidade e de adoecimentos ocasionados pela ocupação (PELATIERI et al, 2018, p.34)”.

No entanto, a fim de evidenciar as consequências deste governo, partimos do Relatório Final construído pela Comissão de Transição de Governo em 2022 salientando algumas das determinações que fazem do governo Bolsonaro um

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



projeto de desmonte não só do Estado, mas também das políticas públicas (BRASIL, 2022).

Alicerçado no resgate das raízes mais perversas do capitalismo, o caráter antidemocrático do governo Bolsonaro se encarregou de forma análoga ao expressado por João Roma (então dep. fed. do estado da Bahia) ao afirmar que o governo do Ex-Presidente Bolsonaro estaria colocando o Brasil nos trilhos, logo, objetivamente atendendo aos interesses de suas bases de governo.

No entanto, foi mediante ao descarrilamento do país em todas suas esferas de intervenção que setores como a saúde, educação, assistência social, proteção ambiental, e entre outras, mediante aos sucessivos desmontes de tais políticas decorrente da vigente EC 95/2016, sofreram com riscos de não funcionamento ao final do governo Bolsonaro (BRASIL, 2022).

No setor da Saúde, o orçamento da pasta para 2023 ficou em R\$10,47 bilhões, “o que inviabiliza programas e ações estratégicas do SUS, tais como: farmácia popular, saúde indígena, e o programa HIV/AIDS” (BRASIL, 2022, p.11).

Na educação, o desmonte intensivo se faz presente, contrariando as palavras do próprio Bolsonaro em defesa da qualidade de ensino frente aos cortes orçamentários nas instituições de ensino superior e até mesmo básico, que sofrerão com a não contratação da impressão de livros didáticos para o ano de 2023 (BRASIL, 2022, p, 12). Porém, como salientado no relatório final, as ações governamentais foram intencionais; “a política de educação foi negligenciada, tratada como instrumento para a guerra cultural e com aparelhamento ideológico” (BRASIL, 2022, p.15).

No âmbito da economia, concretizou-se a promoção do endividamento da classe trabalhadora a partir das políticas de transferência de renda, como Auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passaram a ofertar empréstimos consignados aos beneficiários viabilizando o superendividamento destes; tendo em vista o desconto para pagamento da dívida de até 40% do valor do

PROMOÇÃO



APOIO



benefício (BRASIL, 2022, p.14). Resgatando, portanto, a promoção popular de descrédito às políticas públicas alavancadas pela crise de autovalor.

Ainda no setor econômico, o poder de compra dos brasileiros sofreu as consequências do baixo crescimento do valor do salário mínimo, e da alta da inflação.

O rendimento médio real caiu nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, saindo de R\$2.471,00 para R\$2.265,00, em 2021. O rendimento real per capita de todas as fontes, em 2021, foi de R\$1.353,00, também o menor da série histórica. Em 2019, o salário mínimo comprava 2 cestas básicas, agora compra 1,6 (BRASIL, 2022, p.31).

Retomando outras esferas da seguridade social, a assistência social sofreu no governo Bolsonaro com um contundente corte orçamentário de 96% do valor de 2022 para 2023. Tendo apenas R\$50 milhões destinados ao financiamento do SUAS, que impossibilita o funcionamento dos equipamentos de proteção básica e especial por um mês (BRASIL, 2022, p.14).

No campo dos Direitos Humanos, recordes de feminicídios foram alcançados; mais de 33 milhões de brasileiros passam fome; direitos indígenas foram fortemente atacados; políticas de igualdade racial e social foram desmanteladas; culminando “na descontinuidade de políticas públicas importantes para a promoção e defesa de direitos humanos, como foi o caso do “Plano Viver Sem Limite” e das políticas para a população LGBTQIA+ e para a população em situação de rua” (BRASIL, 2022, p.25).

Sabemos que a sociabilidade capitalista tem como uns de seus sustentáculos o racismo e a misoginia, e ideologicamente faz uso do familismo na proteção de seus ideais, indo em contramão aos dados concretos registrados e midiáticos acerca das condições objetivas que atravessam os diversificados modelos familiares, em especial aqueles chefiados por mulheres pretas e periféricas.

No primeiro semestre de 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios, registrando cerca de 700 casos no período. Em 2021, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro; mais de 230 mil brasileiras sofreram agressões físicas por violência doméstica.[...] Embora todas as mulheres estejam expostas a essas violências, fica evidente o racismo: as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídios e 89% das vítimas de violência sexual. [...] No governo Bolsonaro, o feminicídio foi gravemente intensificado

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pela flexibilização da posse e do porte do uso de armas. De 2019 a março de 2022, mais de 400 mil novas armas de fogo foram registradas no País, segundo dados da Polícia Federal. Deste total, mais de 96% estão em nome de homens e 4% em nome de mulheres. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, quando consideramos que mais da metade dos casos de violência contra as mulheres são cometidos por companheiros, ex-companheiros, pais ou padrastos e dentro de casa, podemos dizer que isso eleva tanto o grau de escala de opressão, silenciamento e repressão sobre as mulheres, como o grau de letalidade dos homens sobre elas. [...] A fome e a insegurança alimentar também afetam desproporcionalmente mulheres, negras e negros: um em cada cinco lares chefiados por mulheres não tem o que comer no dia a dia. Nos domicílios em que a responsável é negra ou negro, a fome aumentou de 10,4% para 18%. A fome em famílias com crianças quase dobrou (BRASIL, 2022, p.26).

Contudo, a partir destes apontamentos evidencia-se a preocupação em relação às equipes profissionais que trabalham nessas diversas políticas. Que, distante de fundamentos críticos, entre outras tendências conservadoras, acabam por fortalecer sustentáculos da ideologia do familismo, como: moralização, individualização e naturalização das condições objetivas dos indivíduos e suas famílias.

É válido recuperar, que o processo de reformulação da intervenção estatal na história do Brasil, partiu de seu cariz enquanto um vetor extra-econômico instruído ao alcance dos objetivos do capitalismo para um modelo de Estado neoliberal, baseado na mercantilização das políticas sociais, privatização e a supervalorização do conservadorismo, movido pela incorporação de um ethos individualista da tradição liberal apto a sanar as sequelas da vida social burguesa (NETTO, 2009). Fomentando, portanto, a ideologia familista frente a manifestação de expressões da “questão social” decorrente do acirramento de traços da contradição entre capital-trabalho.

Neste cenário em que a administração dos conflitos entre classes se tornou essencial à legitimação da ordem, fez-se necessário uma sistemática intervenção estatal frente às expressões da “questão social” sob “uma tendência de política social pensada de modo residual, apenas complementar àquilo que os indivíduos não puderem solucionar via mercado ou através de recursos familiares” (HORST; MIOTO, 2021 p.42).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Conforme já explicitado por Netto (2009), trata-se da própria dinâmica da política social que tem por finalidade a preservação e controle da força de trabalho, inclusive de forma setorial, segmentada e moralista. Dessa forma, repercutindo na reprodução de um ideal de promoção da integração social, mediada pelo ajustamento do sujeito quanto às suas condições através da psicologização da “questão social”, pois como afirma Netto (2009, p.45) *“ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral. Naturalizada a sociedade, o específico do social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais”*.

Segundo Mioto, Campos e Lima (2006), a partir da década de 1990 houve uma reorientação da proteção social no mundo a partir da adesão aos ideais neoliberais. No Brasil, essa reestruturação do modelo de reprodução do capital se efetivou no âmbito da seguridade social através da imposição da *centralidade da família* nas políticas públicas, inicialmente expressa na política de saúde através do Programa de Saúde da Família (PSF) e presente no escopo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com “a proposição de que, por meio de programas com foco na família, potencializam-se ações mais efetivas no combate à pobreza e miséria” (ALENCAR, 2011, p.133).

Deste modo, ressalta-se que a centralidade da família na proteção social, perpassada pelo processo de precarização das condições de vida social, não reflete necessariamente na efetivação das políticas socioassistenciais para o condicionamento da reprodução destes, pois, a intervenção estatal quanto às expressões da “questão social” não se direciona à superação das mazelas desta sociabilidade como já apontado. Mas a manutenção em níveis mínimos e nos limites da vida daqueles que mantêm o modo de produção capitalista, a classe trabalhadora. Projetando assim nas famílias, a superação individualizada alinhada aos ideais de subsidiariedade da Doutrina Social da Igreja (MIOTO; CAMPOS; LIMA, 2006).

PROMOÇÃO



APOIO



Conforme apresentado pelo relatório construído pela Comissão de Transição Governamental (2022) e analisado por nós, a exacerbação do fenômeno do familismo no governo Bolsonaro, em particular na gestão do MMFDH, foi preciso e intencional, tendo como finalidade o resgate das raízes conservadoras e burguesas que germinaram o Estado brasileiro.

No período de 2019 a 2022, o revisionismo do significado histórico e civilizatório dos direitos humanos, a restrição à participação social e a baixa execução orçamentária foram a tônica da gestão da política de direitos humanos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) pautou a sua atuação na negligência de populações vulnerabilizadas, na negação da existência de graves violações a direitos, e no desmonte de políticas públicas arduamente conquistadas, até 2015. O MMFDH foi instrumentalizado para o cumprimento da tarefa de subverter o significado histórico dos direitos humanos, por meio do uso deturpado de estruturas e recursos públicos; da celebração de parcerias com entidades estranhas a agenda do Ministério; e do comprometimento de áreas já consolidadas de enfrentamento a violações de direitos humanos.” (BRASIL, 2022, p.24).

4. CONCLUSÃO

Ao final do artigo, podemos concluir que o governo Bolsonaro prestou um trabalho que exponenciou, como inicialmente apontado, o próprio funcionamento da dinâmica capitalista, agravando as expressões da “questão social”. Afetando negativamente, com sua política ideológica, não somente aqueles que não o apoiam, mas também os que já tiveram sua subjetividade e criticidade cooptada por esta sociabilidade; já que as raízes deste sistema, bem como a reação burguesa aqui retratada — o familismo — condicionam a realidade objetiva dos seres sociais.

Nessa direção, conforme destacou Alencar (2011), “o familismo brasileiro tende a persistir no Brasil contemporâneo, ainda que como paradigma de moralidade ao refundar a matriz patriarcal da família estruturada nas relações hierárquicas entre homens e mulheres, pais e filhos na família nuclear moderna” (p.136).

Portanto, ao destacarmos que o Bolsonarismo como expressão do avanço da extrema direita, do neoconservadorismo fomentou o familismo, buscamos demonstrar que longe do discurso reproduzido de defesa da família, esse governo só contribuiu para prejudicar a sobrevivência das famílias da classe trabalhadora. Tal

desmonte, desfinanciamento e precarização das políticas sociais e da vida se ancoram na concepção de que as próprias famílias são naturalmente responsáveis pela sobrevivência dos seus membros.

Sabemos que o familismo não é um fenômeno novo do governo da extrema direita. Nos últimos anos – principalmente nos governos do PT (2003-2016) – a família reapareceu formalmente como central nas políticas sociais. No entanto, é no pós-impeachment (2016) com o governo de Michel Temer e na eleição do governo Bolsonaro (2018) que a tendência familista vai se agudizar, como expressão da própria conjuntura histórica brasileira, conforme tentamos demonstrar.

Conforme temos destacado, a novidade do familismo aqui, se expressa, portanto, pela forte defesa da família publicamente, na compreensão que o Estado deve intervir nas famílias. Porém, sem oferta e garantia de proteção social pública e estatal, ou com políticas sociais ainda que mínimas e focalizadas. O familismo avança e se caracteriza pelo controle das famílias e dos esforços psicologizantes e comportamentais para que elas superem as condições de pobreza e outros ‘problemas’, sem nenhum apoio público, gratuito, estatal e universal.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. **Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira**. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Org). Família & Famílias: práticas sociais e convenções contemporâneas. 2º ed – Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BARROCO, M. L. da S. **Ética: Fundamentos Sócio-Históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p.623-636, out./dez. 2015.

_____. **Questão social, neoconservadorismo e irracionalismo**. In: Ética em Movimento – Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores. Módulo 1: Ética e História. 5ª Edição. CFESS, Brasília, 2017.

BIROLI, F; QUINTELA, D. F. **Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”**. In: AVRITZER, L; KERCHE, F; MARONA, M. (orgs.). Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. 1. Ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



BRASIL. **Gabinete de Transição Governamental 2022**. Brasília, dezembro de 2022. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>>. Acesso em 31 de jan. de 2023.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. – São Paulo: Unisa Editorial, 2020.

SANTOS, T. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. 1. ed. Florianópolis, SC: Insular Livros. (Coleção Pátria Grande, v. 7).

HORST, C. H. M; MIOTO, R. C. T. **Crise, Neoconservadorismo e Ideologia da Família**. In: Beatriz Augusto de Paiva; Simone Sobral Sampaio. (Org.). Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos. 1. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2021, v. IV.

HORST, C. H. M. **Neoconservadorismo e Familismo no Brasil Contemporâneo – O projeto “Família na Escola”**. Projeto de pesquisa, 2022.

PAIVA, B. A., TAVARES, E. J. **O confronto de projetos societários na América Latina no século XXI: uma nova guinada do mundo?**. R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 3, p.601-614, set./dez. 2020.

PELATIERI, P., et al. **As desigualdades entre trabalhadores terceirizados e diretamente contratados: análise a partir dos resultados de negociações coletivas de categorias selecionadas**. In: Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate / organizador: André Gambier Campos. – Brasília: Ipea, 2018.

MARIANO, R. **Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010**. Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p.119-137, jul./dez. 2013.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. – São Paulo: Unisa Editorial, 2020.

MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; LIMA, T. C. S. **Quem Cobre as Insuficiências das Políticas Públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social**. R. Pol. Públ. , v. 10, n.1, p.165 – 183, jan./ jun. 2006.

SEOANE, J. **Neoliberalismo y ofensiva extractivista Actualidad de la acumulación por despojo, desafíos de Nuestra América**. 2012. Theomai, núm. 26, julio-diciembre, 2012 Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo Buenos Aires, Argentina.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini - Vida e Obra**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PROMOÇÃO



APOIO

